

XXI ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Senhores Vice-Reitores e Senhor Presidente do Conselho Científico

Senhor Bispo da Guarda, Excelência Reverendíssima

Senhor Bispo Emérito da Guarda, Excelência Reverendíssima

Senhores Deputados

Senhores Presidentes das Assembleias e Câmaras Municipais

Senhor Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Senhor Reitor da Universidade da Silésia

Senhores Reitores das Universidades portuguesas e seus representantes

Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos

Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração dos Hospitais

Digníssimas Autoridades Cíveis, Militares, Judiciais, Religiosas e Académicas

Ilustres Professores, Assistentes e Investigadores

Senhor Presidente da Associação Académica

Estimados Alunos

Prezados Funcionários

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Começo por apresentar a todos os presentes as minhas saudações pessoais e académicas e agradecer o facto de se terem associado à UBI na comemoração do seu XXI Aniversário, como Universidade.

Aos nossos convidados, da região e àqueles que vieram de bem longe, mesmo de outros países, o nosso agradecimento pelo apoio e solidariedade que demonstram ao acompanharem-nos neste dia.

Aos docentes, funcionários e alunos que, no seu conjunto, dão vida à instituição, agradeço a presença, mas sobretudo o empenho que têm dedicado à sua transformação, participando activamente na adequação dos cursos no âmbito do processo de Bolonha, introduzindo novas metodologias pedagógicas e incrementando as actividades de investigação e de relacionamento com a sociedade.

Uma palavra de muito apreço aos que hoje são homenageados:

- Aos novos doutores, que são a garantia da continuidade da instituição universitária e dos quais se espera uma participação activa, promovendo as actividades de ensino-aprendizagem e, em particular, a produção científica e a inovação;
- Aos funcionários, docentes e não docentes, que completaram 20 anos de serviço na UBI e que a ela têm dedicado uma boa parte das suas vidas;
- Aos aposentados, aos quais a Instituição está reconhecida por tudo o que por ela fizeram e que, para além de lhes desejar as maiores felicidades, espera poder vir a contar sempre e por muito tempo, com o seu apoio.
- Aos melhores alunos que concluíram os seus cursos no ano lectivo transacto e aos que frequentam cada uma das licenciaturas com melhor média, a todos eles é premiado o mérito e o sucesso que alcançaram, no sentido de que o seu entusiasmo, a sua qualificação e competência lhes permitam enfrentar os desafios que, como cidadãos, terão de enfrentar.

Um agradecimento muito especial aos patrocinadores dos diferentes prémios que quiseram, uma vez mais, associar-se à Universidade e, desta forma, premiar a qualidade, o mérito e a exigência no trabalho destes alunos e incentivar a sua inserção na vida activa.

Esta é também uma forma inequívoca da ligação da Sociedade à Universidade, da abertura e da cooperação da UBI com os vários agentes sociais.

Um reconhecimento às organizações estudantis, em particular aos núcleos dos diferentes cursos que, com o seu dinamismo, têm vindo a organizar actividades de carácter cultural, desportivo e mesmo científico e pedagógico, que complementam a sua formação, dão a conhecer a Universidade e promovem a região.

Independentemente das necessidades e dos anseios das instituições, aquém e além dos projectos colectivos, não podemos esquecer que as pessoas são, afinal, a razão de ser e a única condição de tudo o que importa fazer. A maior riqueza de um país são os seus cidadãos e ela é tanto maior quanto maior for o seu grau de qualificação e cultura.

É de todos bem sabido que a qualificação média dos portugueses não é das melhores, quando comparada com os nossos parceiros a nível europeu. Das escolas, a todos os níveis de ensino, muito se espera.

As Universidades passam, neste momento, por uma fase complexa e de extrema exigência, mas, se não se tiver em conta um verdadeiro projecto para a qualificação dos portugueses, envolvendo todos os níveis de ensino, articulando-se e cooperando entre si, dificilmente o Ensino Superior, só por si, poderá dar a contribuição que todos dele esperam.

Na Europa e em Portugal assistimos à dita reforma no âmbito do processo de Bolonha. Há países que avançaram rapidamente, alguns já recuaram para ponderar e outros ainda se encontram numa fase de reflexão para poderem iniciar o processo com mais segurança.

Todos estamos de acordo que é necessário operar mudanças nas Universidades e adaptá-las às exigências dos nossos dias. O movimento iniciado com a Declaração da Sorbonne e que deu origem ao processo de Bolonha está a propagar-se rapidamente, mesmo para além das fronteiras da Europa. Portugal, depois de um período de um certo adormecimento, foi conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a fazer a sua adequação em ciclos de uma forma um tanto ou quanto tumultuosa, embora se possa dizer que, se assim não fosse, dificilmente se venceria a inércia própria do sistema.

Hoje, a maioria das instituições de Ensino Superior já adequou uma grande percentagem dos seus cursos e criou mesmo alguns. Cabe aqui uma referência elogiosa à Direcção Geral do Ensino Superior que, num curto espaço de tempo, soube montar a máquina da análise dos processos e dar resposta em tempo útil, tendo em consideração o número de processos com que se viu confrontada e o volume de trabalho que tal implicou.

Não posso, no entanto, deixar de fazer aqui um reparo ao Ministério da Tutela pela discriminação que fez entre instituições, no que diz respeito ao registo dos chamados

“Mestrados Integrados”, designação, que na sua essência, só existe em Portugal e, em nosso entender, nada tem a ver com Bolonha.

Criou-se a ideia, sobretudo nos cursos de Engenharia, que só as Universidades com determinadas performances no domínio da investigação, teriam como prémio essa forma de organização dos estudos, tentando, assim, criar *rankings* entre escolas de engenharia.

Julgo que foi uma política errada do Ministério que penalizou imenso algumas instituições em termos de imagem, porque a sua qualidade de ensino não está em causa, nem se deve pôr em causa a duração da formação em engenharia que visa a concepção e o projecto, que deve ter, como está consignado em praticamente todo o mundo, uma duração de cinco anos lectivos, (constituindo um ciclo contínuo de formação, ou subdividido em dois ciclos (3+2 ou 4+1).

Mas será que Bolonha é apenas esta adequação e repartição em ciclos que levam, em muitos casos, à diminuição do tempo de formação e a uma redução do investimento no ensino? Não estará em causa, mais uma vez, tentarmos contribuir para as estatísticas e para a apresentação de maior número de licenciados, para comparações a nível europeu?

É de todos bem conhecido que Bolonha não visa esta mera repartição da formação em ciclos. Bolonha visa sim, na sua essência, uma mudança de paradigma com a aprendizagem centrada no aluno, com objectivos bem definidos que lhe permita adquirir as competências indispensáveis para a sua inserção na vida activa, e que haja uma medida de trabalho desenvolvido, através de um sistema de créditos, que facilite e promova a sua comparabilidade e mobilidade ao nível europeu.

Na realidade, o que está em causa, na Europa do Sul, concretamente em Portugal, é um aumento significativo da responsabilidade do aluno no seu processo de aprendizagem e, sobretudo, do volume de trabalho anual que ao mesmo deve dedicar (1.600h/ano), de forma a preparar-se para continuar a aprender ao longo da vida.

Claro que a mudança de paradigma não se fez sem os docentes, os quais têm um desafio enorme pela frente, na definição clara dos objectivos de aprendizagem e na produção dos conteúdos indispensáveis que fomentem o espírito de pesquisa e de empreendedorismo, sem esquecer os respectivos processos de avaliação. O professor deve ter um papel cada vez mais presente nas instituições, de modo a estar sempre disponível e ser, acima de tudo, um tutor, um dinamizador e facilitador do processo de educação integral dos alunos.

Só assim poderá operar-se a mudança de paradigma e o aumento de volume de trabalho, de forma a rentabilizar o sistema do Ensino Superior, diminuir o abandono escolar, melhorar as taxas de sucesso e proporcionar aos alunos uma melhor integração no mundo do trabalho.

Em suma, só assim poderá rentabilizar-se o investimento que os cidadãos fazem, através dos seus impostos, na formação daqueles que, no futuro, ocuparão cargos de responsabilidade e de quem se espera uma contribuição para a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Não podemos, no entanto, esquecer que, para que tal aconteça, é necessário que as instituições tenham um corpo docente qualificado e empenhado, infra-estruturas bem dimensionadas e equipadas e um financiamento adequado para tal.

Neste domínio, há que referir que, embora a percentagem do PIB atribuído ao Ensino Superior seja ligeiramente inferior à média dos países Europeus, o problema reside no valor muito baixo do PIB e no investimento por aluno, que é apenas cerca de metade do que acontece na Europa.

Na realidade, e ao contrário do que seria desejável, dada a relevância do ensino superior no desenvolvimento da economia, o investimento real no Ensino Superior em Portugal tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

Mas, para além da diminuição em absoluto do financiamento do Ensino Superior, há ainda a considerar a forma lamentável como o financiamento tem sido distribuído pelas instituições. Em princípio, deveria respeitar uma fórmula, que foi mudando nos últimos anos e que se perdeu mesmo em 2007.

Reconhecendo que é absolutamente necessário produzir legislação adequada para o Ensino Superior, este enfrenta alguns dos mais importantes desafios dos últimos anos.

O Governo encomendou dois importantes estudos a instituições internacionais: a ENQA (Agência Europeia para a Garantia da Qualidade) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). A ENQA criticou profundamente o nosso sistema de avaliação da qualidade, ressaltando do relatório produzido, alegadamente, a fraca independência das Comissões de Avaliação Externa, da responsabilidade do CNAVES, a sua ineficiência e falta de consistência, a carência de objectividade e a baixa taxa de inclusão de peritos estrangeiros. Pouco se disse, e nem sequer foi divulgado, que a iniciativa da implementação da avaliação, sob o signo da contratualização responsabilizante foi do CRUP, há mais de uma dezena de anos, tendo-se igualmente desprezado a cultura da autoavaliação instalada nas instituições, que tanto contribui para a melhoria da qualidade do ensino e que o poder político nunca teve em consideração, imputando a responsabilidade, injustamente, ao CNAVES, quando ela deveria ser imputada ao poder político, que nunca teve em consideração os Relatórios por ele produzidos, tornando assim inconsequentes os resultados publicados nos relatórios de Avaliação Externa e da Avaliação da Qualidade.

Desperdiçaram-se recursos públicos, dados e pareceres recolhidos, ignoraram-se recomendações, adiou-se a busca da qualidade e da excelência e a oportunidade da regulação do sistema do Ensino Superior.

Há, neste momento, a vontade do Governo de criar uma Agência de Avaliação e Acreditação competente, verdadeiramente independente.

A participação maioritária de estrangeiros não constitui a internacionalização nem confere a garantia de independência dos escolhidos, quer em relação aos estabelecimentos de Ensino Superior, quer ao Governo, pois este, conforme previsto, nomeará o Conselho Geral da Agência que, por sua vez, nomeia os Conselhos de Administração e de Revisão.

Por outro lado, há que garantir uma co-responsabilização financeira do Governo no financiamento da Agência, conforme recomenda a OCDE, e não exigir que o orçamento de funcionamento seja da total responsabilidade dos avaliados.

É de apreciar que o Ministério da Tutela, na sua proposta de Lei da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, faça referências aos indispensáveis parâmetros da avaliação a considerar, à valorização da componente de autoavaliação e à necessidade de diferenciar os objectivos dos subsistemas universitário e politécnico.

O Relatório da OCDE foi bem acolhido pelas instituições e veio apenas confirmar grande parte dos estudos e análises realizados em Portugal nos últimos anos.

O Relatório conclui que Portugal é um dos Países da OCDE que menos investe no Ensino Superior e que este é de importância estratégica para o desenvolvimento do país, pelo que o Estado deve aumentar o investimento em termos de percentagem do PIB.

A clarificação das missões do subsistema universitário e politécnico é apontada como imprescindível, assim como a definição de princípios do governo das instituições com a participação de membros exteriores e uma maior eficiência de gestão, acompanhada de prestação de contas à sociedade. A UBI sempre se pautou por critérios exigentes de rigor e prestação de contas e é com muito orgulho que tem individualidades convidadas no seu Senado que muito têm contribuído para as definições estratégicas da instituição.

Esperamos que, em sede da nova Lei, a autonomia universitária, consignada constitucionalmente, não venha a ser posta em causa e seja mesmo reforçada, de modo a acompanhar o movimento internacional. Há que clarificar o regime jurídico das instituições e o seu relacionamento com a tutela, sem mais interacções.

As Universidades Públicas devem continuar a ser entendidas como entidades prestadoras de um serviço público responsável, podendo admitir-se a experimentação de diferentes tipos de organização, bem como novas formas de parceria público-privada.

A legislação deve indicar, de forma clara, a Missão da Universidade e conferir a cada instituição competência nas áreas da Autonomia estatutária, científica e pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A Lei deve cometer aos Estatutos de cada Instituição a definição do seu modelo de governo, apontando apenas as grandes linhas de enquadramento que devem balizar os modelos adoptados por cada estabelecimento.

A nomeação, a qualquer título, do Reitor, pondo de parte a consulta à instituição, poderá, num país democrático, constituir um retrocesso e uma forte diminuição da autonomia.

Recentemente, o CRUP publicou uma “Carta de Princípios” sobre o novo enquadramento legal do Ensino Superior, tendo, igualmente, o CNE produzido uma apreciação sobre o mesmo assunto, documentos que consideramos do maior interesse.

O Relatório da OCDE faz também, entre muitas, uma referência muito específica à rede de instituições de ensino superior, nomeadamente, às situadas no interior do país e à importância que têm para o desenvolvimento das regiões, referindo mesmo que elas são os elementos fundamentais para atingir os objectivos enunciados na Estratégia de Lisboa e que, para que a sua existência não seja posta em causa e sejam “sustentáveis, irá requerer abordagens de políticas e critérios de financiamento diferenciados (e os custos unitários serão certamente mais elevados)”.

O que podemos constatar é que a política seguida pelo Ministério na atribuição de vagas aos cursos, nomeadamente nas áreas das Ciências Exactas e da Engenharia, bem como no financiamento por aluno, está em completo desacordo com as recomendações da OCDE. O financiamento transferido para a UBI, por aluno, é dos mais baixos do conjunto das universidades públicas e não têm sido atribuídas vagas em áreas estratégicas, o que poderá conduzir à extinção, no interior do País e na nossa Instituição, de formações em áreas estratégicas como as referidas.

Mas a UBI sempre lutou pela sua afirmação pela qualidade e pela diferença e soube sempre encontrar financiamentos alternativos e complementares que lhe permitem hoje ter um corpo docente qualificado e uma estrutura física, laboratorial, computacional e de acesso à informação que se pode considerar entre as melhores a nível nacional, e mesmo, em alguns casos, a nível internacional.

Isto não quer dizer que não estejamos preocupados com o financiamento, com a política da reformulação de cursos no âmbito de Bolonha, com a atribuição de vagas e consequente atracção de alunos.

A UBI EM NÚMEROS

Presentemente, a instituição conta com 621 docentes, a que correspondem 427 ETI, dos quais 55% (230) são doutores e 20% (105) estão em doutoramento, prevendo-se a conclusão para breve da maioria das provas. Destes docentes, 257 (72,15 ETIs) pertencem à Faculdade de Ciências da Saúde).

O esforço de formação tem-se estendido, igualmente, aos funcionários não docentes, que ascendem a um total de 402 (295 da UBI, dos quais apenas 221 são do Quadro, sendo os restantes 74 contratados. Aos SASUBI pertencem 107, sendo apenas 23 do Quadro).

Actualmente, a UBI tem registadas 31 licenciaturas (1º ciclo de Bolonha), 47 mestrados (2º ciclo de Bolonha, dos quais 3 são mestrados integrados), para além dos mestrados tradicionais, ainda em funcionamento, bem como 27 áreas de doutoramento (das quais 10 já são 3ºs ciclos de Bolonha).

Ministram-se ainda vários cursos de Especialização Tecnológica e Extensão, na sua maioria ao nível de Pós-Graduação.

É de salientar a abertura à sociedade e a preocupação com a qualificação da população da região, através de várias acções de formação, algumas pioneiras a nível nacional, e de vários cursos livres de línguas (o Laboratório de Línguas é frequentado por 333 alunos).

A preparação de alunos para o ingresso no ensino superior tem merecido a nossa melhor atenção, realizando cursos específicos para maiores de 23 anos e também para o concurso nacional de acesso, particularmente nas áreas da Matemática, da Física e da Língua e Cultura Portuguesas.

Apesar da nossa localização geográfica, numa região com uma taxa demográfica muito baixa, nos últimos anos fomos a única universidade a crescer de uma forma continuada em número de alunos de graduação (5.192), contando actualmente com o total de 5.479, dos quais 132 em doutoramento.

Embora tendo crescido em áreas estratégicas como as da Saúde, das Artes e das Tecnologias, em que o custo por aluno é mais elevado, o Orçamento de Estado transferido para a UBI tem vindo a decrescer ao longo dos anos, apresentando uma diminuição nominal por aluno de cerca de 10% de 2006 para 2007, mas que se traduz, em termos reais, num corte superior a 17% (OE 2006 = 21.818.247 €; OE 2007 = 19.527.176 €), tendo em consideração que somos obrigados, pela primeira vez, a pagar 7,5% da massa salarial para a Caixa Geral de Aposentações.

Compreendemos e somos solidários com a situação financeira do país, mas há 5 anos que os orçamentos não são reforçados com as actualizações salariais, tendo sofrido cativações,

inclusivamente, sobre as receitas próprias e legados com fins específicos, aumentos da taxa de desconto para a ADSE, para além da inflação ao longo dos anos.

A UBI avançou e cresceu em áreas estratégicas e estruturantes e também dispendiosas, como é o caso particular da Medicina, mas tal não se reflectiu consideravelmente no seu Orçamento. Na construção e equipamento da Faculdade de Ciências da Saúde, a UBI foi obrigada a investir uma parte significativa das suas receitas próprias....

Pesem embora as dificuldades financeiras, continuaremos a cumprir a missão da Universidade: qualificar os portugueses, abrindo-nos cada vez mais a novos públicos, criar conhecimento através da investigação e transferi-lo para a sociedade, com a qual a UBI manteve sempre uma grande abertura quer a nível regional, quer nacional e mesmo internacional.

A internacionalização não se realiza com os últimos protocolos que têm vindo a ser assinados com instituições americanas. Numa determinada época, chegámos até a ser acusados de termos uma percentagem demasiado elevada de Doutores estrangeiros no nosso corpo docente!

Vários são os mecanismos e as estruturas que a UBI tem criado no seu seio, ou em parceria, para a promoção da investigação, da ligação ao exterior e para a colocação dos graduados na vida activa (Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDR); CREA – Centro Multimédia; Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior; Gabinete de Programas e Relações Internacionais; Gabinete de Estágios; UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Activa; Gabinete de Apoio a Projectos e Investigação (GAAPI), que inclui o Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial (criado em 2005) e a Oficina de Transferência de Inovação e Conhecimento – OTIC (a funcionar desde 2002, tendo obtido financiamento comunitário em 2006), Cybercentro da Covilhã (2001), PARKURBIS (2001) e CFIUTE – Centro de Formação e Interligação da UBI e o Tecido Empresarial (financiado pelo POEFDS e inaugurado em 07-03-03).

INVESTIGAÇÃO

O cumprimento da missão universitária passa pelo desenvolvimento do papel insubstituível que as universidades desempenham na sociedade do conhecimento, indispensável à produção de riqueza e bem-estar das populações, nos nossos dias.

Mais de 80% da investigação em Portugal é produzida por universitários, independentemente do local onde é produzida, seja na própria universidade, nas unidades de investigação ou nos laboratórios associados.

É indispensável que as três entidades funcionem de forma articulada, pois elas constituem as bases sólidas de que o país necessita para se afirmar no futuro, de modo a que o seu desenvolvimento assente no conhecimento e na inovação e deixe de passar por sistemas de mão-de-obra barata.

Não nos podemos esquecer, no entanto, que o talento ao nível individual continua a ser o coração do processo de investigação, sem esquecer as instituições e as ligações entre elas em domínios específicos, de modo a criar-se massa crítica. A transferência do conhecimento gerado deve ser, cada vez mais, um dos objectivos da Universidade, sem esquecer que a ligação entre a investigação e a educação deve ser reforçada, sobretudo no âmbito dos vários ciclos de Bolonha.

Temos ouvido, repetidamente, o Senhor Primeiro-Ministro dizer que haverá investimentos significativos para a Ciência e que, dessa forma, o nosso sistema científico poderá aproximar-se de padrões internacionais. Mas tal deverá suceder numa escala alargada, e não em pequenos nichos de excelência como acontece actualmente e para onde tem sido canalizada uma grande percentagem do financiamento.

Tendo sido até agora - e julgo que continuarão a ser - as universidades as principais responsáveis pelo pagamento dos salários daqueles que fazem Ciência em Portugal, não se pode correr o risco de promover a separação entre universidades e as diferentes unidades de investigação.

Sendo a criação do saber um dos principais, se não o principal, pilar da instituição universitária, pois é aí que de uma forma permanente, autónoma e livre se cultiva o questionamento e a dúvida que conduzem ao exercício da inteligência e ao avanço do conhecimento, o futuro depende desse exercício em que a discussão e a crítica construtiva estarão sempre presentes.

Neste exercício devem participar activamente todos os actores universitários, professores, alunos e investigadores. Cultivar o espírito crítico faz parte da formação universitária, querer separar a investigação das universidades é convertê-las em escolas superiores que podem contribuir para as estatísticas através da produção de diplomas, mas não contribuirão decerto para a produção de bons diplomados que promovam a criação do saber e da riqueza indispensáveis à melhoria das condições de vida dos portugueses.

Só as Universidades garantem uma estabilidade temporal e a indispensável renovação de gerações que permitem induzir uma dinâmica na produção do conhecimento que, de outra forma, definhará com o envelhecimento das instituições.

A pós-graduação desempenha um papel fulcral no sistema e dinamização da produção científica e esta, embora sendo desejável que seja desenvolvida em articulação com as unidades de investigação, faz parte integrante da instituição universitária.

A UBI, apesar de jovem e preocupada com a sua instalação, consolidação e formação do corpo docente, não esqueceu a dinamização da investigação. Claro que temos consciência da nossa juventude e por isso o governo e os avaliadores deveriam ter em consideração a idade, o estado e a localização das instituições, na atribuição do financiamento, como é referido no Relatório da OCDE.

Mas os resultados já alcançados na produção científica e que podem ser consultados no repositório digital, criado este ano, denominado “Thesis”, são um indicador que nos permite afirmar que a UBI está no bom caminho, que terá necessariamente de percorrer, mas que nos dá uma esperança firme da sua progressiva realização, como Universidade, indispensável à transformação da região e do País.

Há que registar, com agrado, o empenhamento dos docentes e investigadores na elaboração de candidaturas aos mais diversos programas, apoiados por estruturas próprias (GA-API, OTIC e Planeamento.)

Há, ainda, que referir que, desde sempre, procuramos parcerias a nível nacional e internacional e que muitos são os projectos desenvolvidos com empresas, autarquias e as mais variadas instituições.

A UBI conta no seu seio com 15 Unidades e Centros de Investigação ligados a todas as áreas de saber. Mas o financiamento nem sempre chega ou muitas vezes chega com um certo atraso, incompatível com a estabilidade que é requerida para a produção científica.

Para além do financiamento que permite o desenvolvimento dos projectos e que, na maior parte dos casos, tem sido obtido numa base competitiva sob a forma de concurso ou através de parcerias público-privadas, há que ter em consideração que é absolutamente necessário financiar infra-estruturas de apoio. No caso da UBI, para além de reequipamento em áreas como as dos Materiais, das Artes, da Ciência e Tecnologia, é absolutamente indispensável uma dotação específica, que nunca chegou, para o Centro de Investigação de Ciências da Saúde, que, apesar de muito recente, conta já com 33 doutores, 6 bolseiros de pós-doutoramento, e 10 bolseiros de doutoramento, num total de 60 investigadores.

A produção científica e a estrutura laboratorial começam já a ser uma referência, mas ainda não obtivemos o financiamento específico para os equipamentos mais dispendiosos, conforme acordado aquando da celebração do Contrato de Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Saúde, tendo-se recorrido, na medida do possível, a receitas próprias.

Ação Social

São os meios humanos a maior riqueza de qualquer sociedade ou instituição e são eles que merecem toda a consideração. Essa é a razão pela qual temos dado a melhor atenção à Acção Social e às infra-estruturas, de modo a permitir as melhores condições aos utentes da UBI e, em particular, à comunidade estudantil, com cerca de 80% de alunos deslocados, com 41% de alunos bolseiros (2 121) dos quais 45% são dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, de forma a assegurar as suas necessidades básicas e a garantir que as razões de ordem financeira interfiram, no mínimo possível, com o seu sucesso escolar.

Os números indicados reflectem bem o empobrecimento das populações do interior face às do litoral, o que nos permite concluir que, se não existissem, nesta região do país, instituições do Ensino Superior, as suas populações jamais teriam acesso a este tipo de ensino.

As bolsas, que representam um apoio directo aos mais necessitados, deverão ser revistas no seu valor para os verdadeiramente carenciados, o que implica uma nova fórmula de distribuição. Mas não podemos apenas considerar as bolsas como apoio directo aos alunos, pois para uma grande percentagem e, sobretudo, para os que estão na fronteira da atribuição da bolsa, a alimentação e o alojamento, embora sejam considerados um apoio indirecto, constituem, na realidade, um apoio indispensável sem o qual uma percentagem significativa não poderia estudar.

No domínio do alojamento, embora a UBI possua uma boa taxa de cobertura (16%) da população estudantil (820 camas), não podemos esquecer os alunos deslocados e os alunos estrangeiros, no âmbito do ERASMUS, que este ano totalizam 241 (118 enviados, 123 recebidos). É de salientar que o número triplicou nos últimos três anos, sendo um factor da maior importância para a internacionalização da Universidade.

O Pólo das Ciências da Saúde continua a ser objecto das nossas preocupações, pois apesar das candidaturas efectuadas para a construção da indispensável residência, ainda não conseguimos obter fundos para tal.

No domínio da alimentação, apesar do esforço permanente que temos vindo a fazer na melhoria das condições das unidades alimentares, em grande parte suportado por receitas

próprias, seria desejável dispor de uma única cozinha central, em vez das actuais 6, e da implementação de um sistema de *catering*, o que permitiria uma racionalização, uma melhoria da qualidade e da diversidade da oferta e baixar, simultaneamente, os custos. Infelizmente, as candidaturas efectuadas não mereceram ainda aprovação pelos diversos programas a que foram submetidas, embora a UBI disponha de terrenos e edifícios para tal.

A saúde e o desporto têm merecido a nossa melhor atenção e têm sido sustentados essencialmente com receitas próprias e parcerias com entidades públicas, de que há a salientar a ARS, e privadas. Na área do desporto, não posso deixar de salientar a articulação com a Associação Académica e o empenho que tem havido na promoção das actividades desportivas, indispensáveis à educação integral dos jovens.

Instalações

Na cultura ocidental, as Universidades são consideradas como uma das suas instituições melhor conseguidas e surgiram como corporações de mestres e alunos nas cidades e burgos medievais, com a finalidade de satisfazer as necessidades dos reinos cristãos de profissionais nos domínios da medicina e do direito. Mais tarde, foi criada em Berlim (1810), a Universidade moderna, que contemplou a ligação da Academia das Ciências à Universidade. No século XX, nos Estados Unidos da América, com as necessidades das duas grandes guerras, foram criadas agências federais e “universidades de investigação” para produzirem ciência básica e desenvolverem as novas tecnologias indispensáveis às suas estratégias de desenvolvimento. Esta terceira geração de universidades é também caracterizada por uma forte ligação às empresas e à inovação.

Hoje, as universidades europeias, consideradas indispensáveis ao desenvolvimento das regiões, constituem também a base do seu sistema científico e tecnológico e as responsáveis pela promoção da inovação e do empreendedorismo.

Seja qual for o modelo e a época, a Universidade é constituída, na sua essência, pelos seus meios humanos, mas as instalações, o equipamento e a sua boa manutenção são indispensáveis para atingir os seus objectivos.

A fase de expansão física da UBI está praticamente concluída, tendo em consideração o seu Plano de Desenvolvimento, havendo que dar maior atenção à manutenção. Porém, há que prosseguir com algumas obras indispensáveis, que se encontram em curso, financiadas por receitas próprias, por não ter sido possível, ao longo dos anos, obter financiamento através do PIDDAC e das várias candidaturas apresentadas.

Estão assim, em fase de conclusão os Serviços Centrais da Reitoria, uma estrutura específica para o cinema (*plateau*) com os indispensáveis gabinetes para docentes, assim como

a recuperação de um antigo edifício, para gabinetes para o Departamento de Letras. Está, igualmente, em conclusão, a construção de um espaço para os núcleos de alunos no Pólo I.

No Pólo das Ciências Sociais e Humanas encontram-se também obras de recuperação a decorrer, no edifício da antiga fábrica Ernesto Cruz, destinadas a melhorar o funcionamento da Unidade, nomeadamente para a instalação de centros de investigação, gabinetes para docentes e para a mudança da sua biblioteca, assim como um espaço para os Núcleos.

A sede da Associação Académica mereceu também algumas intervenções e outras encontram-se ainda a decorrer.

Não conseguimos ainda o financiamento indispensável à construção de um *hangar* para a Engenharia Aeronáutica.

Concluimos, este ano, a recuperação do piso 1 da antiga fábrica Paulo de Oliveira para a Arquitectura e Design e inaugurámos o CFIUTE - Centro de Formação e Interligação da UBI com o Tecido Empresarial, este financiado por receitas próprias e pelo Programa POEFDS.

Termina este ano, formalmente, o financiamento do Complexo Pedagógico das Ciências do Desporto, em termos de PIDDAC, no montante de 1.206.063 Euros. Este complexo, com uma área bruta de 1315m² (útil de 728,31m²) é composto, essencialmente, por laboratórios, salas de aula, gabinetes de docentes, inserindo-se num Complexo Desportivo mais vasto, que conta com dois Polidesportivos e salas polivalentes, dispondo a totalidade do conjunto de 5772m².

As Ciências do Desporto ficam assim a dispor de um conjunto de infra-estruturas que lhes permitem realizar, nas melhores condições, as actividades de ensino e de investigação, para além da indispensável prática desportiva.

É de salientar que este Complexo se insere num conjunto mais vasto de estruturas da Acção Social, residências, cantinas e bares, para além de terrenos que permitirão o desenvolvimento de várias práticas desportivas ao ar livre.

Quero agradecer a todos quantos contribuíram para a realização deste empreendimento; ao Departamento de Ciências do Desporto, aos Serviços Técnicos da UBI, mas sobretudo à Arquitecta Manuela Oliveira, responsável pela coordenação e pelo projecto de arquitectura, aos Eng^{os} Nobre Guedes e José Galvão Teles pelas especialidades, à empresa Constrope, que realizou a obra, e à fiscalização da EFIEFE, que a acompanhou e fiscalizou.

Quis o Museu de Lanifícios associar-se às comemorações do XXI Aniversário da UBI, apresentando três exposições nas suas Galerias: “Pintura e Desenhos” de José Moura,

“DES.A.FIOS – Pintura” de Alves Dias e “Texturas” de Amélia Rute. Aqui fica o nosso agradecimento aos autores pelas magníficas obras com que quiseram presentear-nos.

O Mestre Fernando Alves de Sousa quis também brindar-nos, neste aniversário, com mais uma excelente Obra de Arte “ O Painel da Medicina” situado no Átrio Principal deste edifício, o que reconhecidamente agradecemos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Celebramos hoje 21 anos de existência como Universidade. Em outros tempos atingia-se a maioridade com essa idade.

O mundo, o país e o ensino superior em Portugal, em particular, estão a atravessar um período de mudanças rápidas e, como em qualquer mudança, há expectativa e alguma confusão. Algumas das reformas legislativas em curso só pecaram pelo atraso; outras opções tomadas o tempo as julgará.

Não posso, no entanto, deixar de referir que, embora sendo eu um optimista por natureza, algumas das medidas que têm sido tomadas, para além da precariedade de financiamento, o Processo de Bolonha, o registo de mestrados integrados, a atribuição de vagas, etc., causam alguma apreensão às instituições de ensino superior localizadas no interior do País, podendo mesmo pôr em risco a sua sobrevivência, se não forem tomadas medidas de discriminação positiva, por parte do Governo, como é apontado no relatório da OCDE.

Com isto, não quero dizer que após três décadas de democracia em Portugal e de ensino superior na Covilhã não se tenha feito muito. No passado dia 27, o Senado aprovou o Relatório de Actividades de 2006 e, junto com o mesmo, foi apresentado um resumo da evolução da instituição ao longo dos anos, a que demos o título “A UBI em Números” e que reflecte bem a sua evolução, sobretudo na última década e já num período de decréscimo de financiamento do Ensino Superior, que se iniciou em 1998.

A UBI, desde final de 1995 até final de 2006, cresceu 138%, em número de alunos (3.945 em 1995 [3.894 graduação + 51 pós-graduação], 5.479 em 2006 [5.192 graduação + 38 pós-licenciatura + 117 mestrado + 132 doutoramento]), 160% em docentes (1995: 263,7 ETI , 2006: 422,4 ETI), 451% em Doutores, (em 1995: 50,1 ETI, em 2006: 226,4 ETI) 147% em funcionários (290 em 1995, 426 em 2006, sendo 221 do quadro da UBI e 108 dos SASUBI; 74 contratados e 9 da FNE), e 243% em área construída (1995: 66.728 m², 2006: 162.272 m²).

A UBI possui ainda, neste momento 3,327m² em construção, 11.983 m² em projecto, um conjunto de edifícios para recuperar e uma área de terrenos de 114.233 m², para além das

áreas de arranjos exteriores, em que há a salientar os da Faculdade de Ciências da Saúde com 56.177 m² de área intervencionada.

As novas instituições de Ensino Superior localizadas no interior do País, para além de constituírem o seu principal motor de desenvolvimento têm travado o despovoamento dessa vasta região, que representa 80% do território, contribuindo mesmo para a inversão do fluxo migratório.

Atrair empresas não é fácil, apesar do empenho das autarquias e dos vários agentes regionais. Se tal não se fizer, podemos converter estas cidades em meros centros de passagem de jovens. Terá de haver necessariamente uma intervenção do Governo Central no sentido de atrair e fixar a massa jovem e qualificada, travando a hemorragia demográfica e dotando o interior de meios que permitam uma melhor coesão social e territorial de todo o País.

Não posso deixar, no entanto, de referir que gostaríamos de ser olhados com uma maior equidade, pois cada instituição desempenha o seu próprio papel, no seu espaço de influência, não devendo acontecer o que se está a pretender fazer com algumas reformas, de olhar só para o império dos mais fortes e influentes.

Pela nossa parte e ao assinalarmos o nosso XXI Aniversário, queremos testemunhar que continuaremos o nosso caminho de afirmação, pela qualidade e pela diferença, nesta sociedade em mudança. Mantemos firme a expectativa de conseguir preservar, alargar e aperfeiçoar o papel essencial que temos desempenhado ao serviço da região e do País, continuando com a nossa cultura de inovação, integração e participação da sociedade, (à qual pertencemos e para quem vivemos), respeitando sempre o seu passado e contribuindo o melhor possível para o seu futuro.

Muito obrigado.

Covilhã 30 de Abril 2007